

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

pode afirmar que esta ou aquela alternativa de trabalho mostre-se mais eficaz com crianças ou jovens desta ou daquela idade. Não há compromissos de gestão do conhecimento que fica retido em trabalhadores de organizações sociais<sup>13</sup>.

Paulo Maluf em sua primeira gestão como prefeito designado em 1970/71 e após, sob eleição em 1993 promoveu convênios com organizações sociais independente de sua forma de atenção, mas se valeu, para conveniar vagas de abrigos de ONGs para crianças e adolescentes, do órgão de primeira dama a que nominou de CASA - Centro de Apoio Social e Atendimento do município de São Paulo, órgão este extinto em 2002 sendo que seus 300 funcionários passaram para a atenção SAS - Secretaria de Assistência Social. Esse novo formato de atenção à criança e ao adolescente em abrigos instalou, ainda que por convênio, novo campo de atenção à criança, aquela sob risco social. Desde Faria Lima a atenção da Prefeitura para crianças e adolescentes ocorria no campo educativo e preventivo (creches, centro educacionais, escolas de educação infantil. A atenção em abrigos foi instalada em 1998 pelas mãos de Nicéa Pitta, já na vigência da LOAS e do CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente com recursos orçamentários da assistência social. A prefeitura pelo CASA instala 20 abrigos e os coloca sob gestão conveniada que apresentava custos per capita elevados. (SAS,2004. p.32-37)

A instalação em 1974 da Secretaria Nacional de Assistência Social no MPAS-Ministério da Previdência e Assistência social foi reconhecido no órgão paulistano como reconhecimento do foro de função pública à assistência social o que a tornava merecedora de política própria. (SPOSATI.1988, p,305). Todavia, essa alusão não se transformou em orientação municipal, até porque a nova institucionalidade da União não se apoiava em uma concepção federativa. A adoção

<sup>13</sup> Eram duas frentes programáticas que se desenvolveram no órgão nos anos 70: a assistência à infância e a habitacional. Outra frente mais oculta, que ocorreu no período decorreu da permeabilidade de SEBES ao conhecimento social que estava sendo construído em paralelo ao processo ditatorial que regia o país. Especialistas, sociólogos, economistas tratavam com as equipes de temas pouco visíveis nas rodas da burocracia. Discutia-se a marginalização social, a participação social, a ascensão dos movimentos sociais, planejamento organizacional, construção de indicadores, entre outros temas. O saber disciplinar sobre os problemas sociais ganhava espaço institucional. Foi o momento em que o saber técnico foi exponeciado em cada uma as frentes de trabalho, foram realizadas pesquisas, impressos e disseminados documentos. É nesse momento que vai se conhecer as condições de vida da população favelada na cidade de São Paulo. Os boletins produzidos por HABI vão disseminar informações que possibilitam o conhecimento dos problemas sociais da cidade. Mais ainda, o saber do órgão se torna multidisciplinar afastando-se do tradicional corporativismo.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

da perspectiva federativa na assistência social só se apresentou na Constituição Federal de 1988, e em sua regulamentação pela Lei Orgânica a LOAS, aprovada em 1993<sup>14</sup>.

A partir de 1977 foi deslocada a força centralizadora do órgão para as regiões da cidade, abrindo um novo campo de relações com movimentos de base e movimentos sociais. Nesse momento o diálogo dos técnicos não se dava somente com pessoas jurídicas, mas pela relação com os movimentos de mulheres em luta por creches que dinamizaram essa relação, a elas se somando movimentos de urbanização de favelas<sup>15</sup>.

O período do órgão como Coordenadoria se estende até junho de 1982 quando o prefeito Antônio Salim Curiati, retoma a condição de Secretaria Municipal denominando-a de FABES - Secretaria da Família e Bem-Estar Social. Essa configuração permaneceu no seguinte Governo Mario Covas, sendo revogada por Jânio Quadros<sup>16</sup> em 1986 que após 18 meses, volta atrás e reconstitui a Secretaria de Bem-Estar Social em julho de 1987. De 1987 a 2016, é alterada por três vezes<sup>17</sup> sua nomeação permanecendo, porém, na condição de Secretaria Municipal.

Marca, até então inédita no órgão, ocorreu na gestão Erundina, 1989-1992<sup>18</sup> ao instalar serviços específicos para a atenção à população em situação de rua, o centro de serviços de ação contínua com frequência diurna. Até então, a única forma presente a essa população eram a Operação Inverno que estendia colchões no piso

<sup>14</sup> No intervalo de 1975 a 1988 o formato e o conteúdo do órgão gestor municipal sofreu inúmeras alterações. Em 1977 na gestão Setúbal, foi unificada a ação da SEBES com a das Unidades de Desenvolvimento Comunitário das Administrações Regionais em uma Coordenadoria, a COBES, subordinada à Secretaria das Administrações Regionais.

<sup>15</sup> Foram inúmeros os conflitos no período com o prefeito Reynaldo de Barros e o Coronel que colocou para dirigir o órgão, então considerado como tendente a favorecer a desordem social.

<sup>16</sup> Como bola de pingue-pongue, Jânio Quadros, prefeito, recoloca o órgão como coordenadoria alocada na Secretaria de Educação com objetivo de utilizar o cargo para um Secretário da Defesa Civil. Transfere a área de Habitação do para a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbana. Nomina as unidades regionais de DRESSO-Delegacias regionais de Serviço Social, e mantém uma supervisão central dedicada a criança e ao adolescente –SUCRAD.

<sup>17</sup> Em 1993, na gestão Maluf, Curiati como secretário, volta a nomenclatura de Família e Bem-Estar Social, que foi alterada em 1999, na gestão Pitta, pela secretaria Alda Marco Antonio para Assistência Social. Em 2005, na gestão Serra passa a ser denominada Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social título que permanece até 2016.

<sup>18</sup> Luiza Erundina, realizou a construção e gestão de centros de convívio intergeracional. Esta frente constituiu nova gestão direta, para além das creches municipais, mas foi ladeada pela gestão dos OSEM, os núcleos de orientação socioeducativa para crianças e adolescentes.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

de quadras desportivas, e servia sopas pré-preparadas em canecas, sob controle da Guarda Metropolitana. Em 1990 é realizada a primeira contagem da população de rua desmontando a leitura de indivíduos em mendicância, construindo a referência um fenômeno bem mais abrangente.

Em 2002, na gestão Marta Suplicy, é iniciada a regulação das ações do órgão orientadas por normativas nacionais configurando a sua vida institucional nos termos da LOAS, da PNAS e as NOB's que vão desembocar no SUAS.

Dentre as medidas destacadas nesse momento, além da transferência das creches para a Educação, tem-se a aprovação de nova forma de relação com as organizações da sociedade civil que operavam os serviços socioassistenciais. Outra medida ao final dessa gestão foi a transferência das Supervisões Regionais de Assistência Social para as recém-criadas Subprefeituras, ocorrendo difícil período de gestão partilhada que não renderam frutos.

A promulgação da Política Nacional de Assistência Social em novembro de 2004 fez com que sua implantação tivesse início com o Secretário Floriano Pesaro, em 2005, que renomeia a pasta como SMADS-Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social titulação que mantém até 2016. Traço marcante dessa gestão foi o de alocar em SMADS os programas de transferência de renda o que ampliou significativamente seu orçamento e campo de gestão. É nessa gestão que se deu a municipalização de serviços assistenciais mantidos pelo Estado, incluídos em SMADS sob gestão conveniada. Neste momento ocorreu a recentralização em SMADS das Supervisões Regionais, medida aplicada a todas as áreas sociais que haviam sido inseridas nas subprefeituras.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

GRÁFICO 4 - FORMAS INSTITUCIONAIS DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE S. PAULO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

